

# Antes que seja tarde: o Brasil e a democracia agradecem



» MARCELO SENISE  
Presidente do Instituto Brasileiro para a Regulamentação da Inteligência Artificial (Iria), sócio fundador da Social Play e CEO da CONECT IA.

Um capítulo histórico foi escrito no Congresso Nacional, nesta terça-feira, 20 de maio de 2025. A Câmara dos Deputados instalou oficialmente a comissão especial destinada a analisar o Projeto de Lei 2.338/2023, que trata da regulamentação da inteligência artificial (IA) no Brasil. Após quase dois anos de articulações, debates, resistência e superação de obstáculos institucionais e culturais, essa conquista representa não apenas um avanço legislativo, mas um alerta urgente. Um chamado à responsabilidade coletiva. Um marco que, se tratado com a seriedade necessária, pode proteger os pilares já fragilizados da nossa democracia.

Como presidente do Instituto Brasileiro para a Regulamentação da Inteligência Artificial (Iria), acompanhei essa jornada desde o início. Foram incontáveis reuniões técnicas, encontros com lideranças políticas, conversas com a imprensa, diálogos com a sociedade civil e tentativas de sensibilizar o setor privado. Trabalhamos para que o tema saísse das rodas acadêmicas e chegasse às mesas de decisão. A instalação da comissão, presidida pela deputada Luísa Canziani e relatada pelo deputado Aguinaldo Ribeiro, é resultado direto dessa mobilização persistente. Mas é apenas o começo de uma corrida contra o tempo.

Desde já, é preciso afirmar com clareza: o texto que hoje está sob análise na Câmara, embora

originado por juristas respeitados no Senado, é limitado em sua essência. Ele adota uma perspectiva voltada majoritariamente à proteção do consumidor e à promoção da inovação econômica. Trata-se de uma visão importante, mas insuficiente. A inteligência artificial ultrapassa o domínio do mercado. Ela já impacta a política, a justiça, a cultura, o ensino, a saúde mental, a liberdade de expressão e a própria coesão social. Regular essa tecnologia apenas com base na ótica do desenvolvimento econômico é, no mínimo, um erro estratégico.

A ameaça que paira sobre nós não se limita ao uso de algoritmos para recomendar produtos em lojas virtuais. Estamos falando da manipulação sutil e, muitas vezes, imperceptível, da vontade popular. Estamos falando de *deepfakes* capazes de falsificar discursos presidenciais em segundos, da utilização da IA generativa para disseminar teorias conspiratórias com aparência de verdade, da criação de bolhas informacionais que isolam o cidadão em realidades paralelas e alimentam o radicalismo.

O que está em risco, portanto, é a integridade da informação, a confiabilidade do debate público e, por consequência, a governabilidade democrática. O uso indiscriminado e irresponsável da inteligência artificial ameaça sabotar eleições, desestabilizar instituições e corroer a própria noção de verdade. E, numa sociedade onde é difícil distinguir o fato da ficção, essa corrosão pode ser fatal.

É por isso que defendemos uma regulamentação centrada não apenas na inovação, mas na proteção da cidadania. Que reconheça a IA como tecnologia de uso crítico e estratégico. Que estabeleça princípios de transparência algorítmica, direitos de revisão de decisões automatizadas,

obrigações de auditabilidade e mecanismos reais de responsabilização. Que assegure que a IA sirva à democracia, e não o contrário.

Mas isso só será possível com participação. Com escuta ativa. Com um debate público plural, aberto, transparente. Com o envolvimento efetivo de representantes da sociedade civil, movimentos sociais, universidades, jornalistas, desenvolvedores, magistrados, reguladores e, acima de tudo, do cidadão comum. A inteligência artificial já faz parte do nosso cotidiano, mas sua compreensão, seus riscos e seu potencial ainda são desconhecidos por boa parte da população. A educação digital e a inclusão no debate não são luxos: são pré-requisitos para uma regulação legítima.

O Iria está comprometido com essa causa. E continuará pressionando, colaborando e alertando. Em 9 de julho de 2025, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, realizaremos o Simpósio Internacional Inteligência Artificial e Democracia, com a presença de especialistas do Brasil e do exterior, para discutir caminhos reais de proteção institucional frente à ascensão das tecnologias autônomas. O evento será gratuito, aberto ao público e transmitido ao vivo. É uma oportunidade rara de discutir o futuro — enquanto ele ainda pode ser moldado.

O Brasil chegou, finalmente, ao ponto de partida da conversa certa. Mas o tempo urge. Ou encaramos esse desafio com a seriedade que ele exige, abandonando interesses imediatistas, vaidades políticas e dogmas ideológicos ou assistiremos, inertes, à erosão silenciosa da democracia, programada linha por linha, byte por byte, por sistemas que sequer compreendemos completamente.

Ainda há tempo. Mas ele está acabando. E a história não costuma ser generosa com os que hesitam quando mais importa agir.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Democracia, sigilos e segredos

Tomando como base o fato de que uma democracia verdadeira só pode ser aquela em que a transparência é o principal pilar desse regime, vemos que há mais de um ano o governo vem impedindo que mais de 16 milhões de documentos cheguem ao conhecimento do público. Entre esses documentos sigilosos, estão aqueles referentes a obras públicas, aos gastos com ONGs e aos repasses do orçamento para as bases eleitorais dentro do que ficou conhecido por emendas secretas.

A transparência é o pilar de uma democracia saudável. No entanto, hoje há críticas por práticas que comprometem esse princípio. Em 2023, o governo Lula impôs sigilo de 100 anos a 1.339 pedidos de acesso à informação, número superior ao registrado no último ano do governo Bolsonaro. Esses sigilos foram justificados com base na proteção de “dados pessoais”, abrangendo informações como a agenda da primeira-dama, Rosângela da Silva (Janja), e comunicações diplomáticas sobre o ex-jogador Robinho. Apesar de prometer maior transparência durante a campanha eleitoral, a gestão atual manteve o nível de recusa nos pedidos via Lei de Acesso à Informação (LAI) semelhante ao da administração anterior.

O chamado orçamento secreto, prática iniciada em 2020, continuou a ser uma fonte de preocupação. Em 2021, estima-se que cerca de R\$ 16 bilhões foram destinados a projetos definidos por parlamentares sem a devida identificação. Essa falta de transparência na destinação de verbas públicas dificulta o controle social e pode favorecer práticas clientelistas. Em 2024, o governo Lula pagou R\$ 23 bilhões em emendas parlamentares, com algumas cidades de pequeno porte recebendo valores desproporcionais à sua população. Por exemplo, a cidade de Mar Vermelho, em Alagoas, com apenas 3 mil habitantes, recebeu R\$ 6,4 milhões em emendas.

A falta de transparência e o uso excessivo de sigilos comprometem a capacidade da sociedade de fiscalizar o poder público, essencial para o funcionamento de uma democracia. A imposição de sigilos de 100 anos a informações de interesse público impede o escrutínio necessário para coibir abusos e promover a accountability. Além disso, a continuidade de práticas como o orçamento secreto e a destinação de emendas parlamentares sem critérios claros reforçam a opacidade na gestão dos recursos públicos, dificultando a identificação de possíveis irregularidades e o combate à corrupção.

As ações do governo Lula em relação à transparência têm gerado preocupações legítimas sobre o comprometimento com os princípios democráticos e a necessidade de fortalecer os mecanismos de controle e acesso à informação no Brasil. O problema ao esconder esses documentos da população é que aumentam as dúvidas e as apreensões sobre a possível utilização do dinheiro público em atividades cuja finalidade não é de conhecimento da sociedade, que é, afinal, quem banca essa ganância.

Primordialmente, o que se deseja saber é para onde estão indo os recursos da nação. O próprio sentido de República, como “coisa pública”, é afrontado com medidas impondo silêncio sobre o que é feito no presente. Passado alguns anos, esses sigilos podem ser quebrados, já que, à essa altura, não haverá ninguém para ser responsabilizado. Pois como repetia o filósofo de Mondubim: “Justiça tardia, não é justiça”.

A imposição de sigilos prolongados impede que a sociedade tenha acesso a informações essenciais para o controle das ações governamentais. Como destacado, “Justiça tardia não é justiça”, e a postergação do acesso a dados públicos pode resultar na impunidade de eventuais irregularidades. Além disso, a manutenção de práticas odiosas, como é o caso do orçamento secreto e a destinação de emendas parlamentares sem critérios claros, reforça ainda mais a opacidade na gestão dos recursos públicos, dificultando a identificação de possíveis irregularidades e o combate à corrupção.

A imposição de mais sigilos, nesse que é o terceiro governo de Lula, em mais de 20 anos de petismo, acende a luz vermelha, que indica que mais uma leva de escândalos está a caminho.

### A frase que foi pronunciada:

“Sem transparência, não há democracia.”

Presidente Lula

### Marco Zero

» Obras sempre dão alegria no dia em que começam e no dia em que terminam. Mas o que faz a população da cidade perder a paciência é o tempo demorado de transtorno gerando filas de carros em mais de seis quadras. O horário de trabalho também é um mistério.

### História de Brasília

Uma caravana de jornalistas de Brasília irá a Goiânia, nestes próximos dias, buscar a Carta Sindical da Associação Profissional e o delegado do Trabalho para que a carta seja assinada pelo ministro Franco Montoro. (Publicada em 4/5.1962)

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



## Margem Equatorial: a polêmica errada



» GUILHERME VINHAS  
Mestre em economia do direito pela Universidad Rey Juan Carlos, especialista em direito econômico pela FGV, autor do livro Fundamentos da transição energética

A exploração de petróleo e gás natural na Margem Equatorial, localizada entre os estados do Amapá e Rio Grande do Norte, vem causando embates ferozes que envolvem diferentes atores: ministros de Estado, governadores, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), as empresas produtoras de petróleo e as organizações ambientais.

A expectativa de um novo pré-sal, capaz de gerar riqueza numa região economicamente desfavorecida do Brasil e oferecer segurança energética para o país nas próximas décadas, é contraposta por ambientalistas que questionam os riscos de potenciais acidentes naquela área.

Em meio a essa polêmica, chama a atenção a ausência de debates sobre o destino dos potenciais royalties e participações especiais a serem pagos pelas empresas que venham a produzir petróleo e gás natural naquela região. Tais recursos podem representar uma gigantesca contribuição do setor de exploração de petróleo e gás natural para o desenvolvimento sustentável da região, se forem corretamente investidos.

Os valores são, potencialmente, significativos. Em 2024, por exemplo, foram pagos cerca de R\$ 100 bilhões para a União, estados e municípios, segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Idealmente, tais recursos financeiros devem ser utilizados em projetos estruturantes, que garantam a qualidade de vida dos cidadãos em um futuro no qual tais recursos não existirão. Isso porque o fluxo de recursos decorrentes do pagamento de royalties e participações especiais será reduzido de forma proporcional ao natural declínio da produção de petróleo e gás natural, até o momento em que a produção terminará e, com ela, o recebimento desses recursos.

O investimento em medidas de adaptação às mudanças climáticas que tornem as cidades mais resilientes e seguras, bem como investimentos em saúde, educação, segurança, habitação e meio ambiente, são bons exemplos do uso responsável dos royalties e participações especiais. A transição energética, que demanda a produção de energia renovável em larga escala, é também um justo destino dos recursos advindos da produção de combustíveis fósseis, gerando postos de trabalho e um futuro mais sustentável.

O estado do Espírito Santo e o município de Niterói (RJ) são exemplos a serem seguidos. Ambos criaram fundos soberanos com os royalties e participações especiais, de forma a promover o desenvolvimento regional por meio de investimentos estratégicos, proteger a economia local da volatilidade das receitas do petróleo e do gás natural, além de formar reservas para que as gerações futuras também possam ser beneficiadas por esses

recursos. Tais fundos soberanos contam com regras claras e objetivas para a sua utilização, o que promove o seu uso racional.

O desafio reside no fato de que nem todos os entes federativos investem os recursos com racionalidade econômica. A autonomia financeira dos governadores e prefeitos dá margem a decisões populistas e eleitoreiras que em nada contribuem para o desenvolvimento sustentável. O pagamento de auxílios em dinheiro sem critérios técnicos, o transporte público gratuito, a realização de obras faraônicas, o inchaço da máquina pública e até mesmo investimentos absolutamente esdrúxulos — como a ideia de comprar o SAF do Vasco (Sociedade Anônima do Futebol), divulgada nas redes sociais de um prefeito vascaíno — são exemplos de um paternalismo arcaico, infelizmente corriqueiro na política brasileira. A falsa prosperidade não melhora a qualidade dos serviços prestados à população, não desenvolve a economia local e não reduz as desigualdades sociais.

A autonomia administrativa e financeira dos estados e municípios, prevista na Constituição Federal, impede que uma lei federal determine a destinação dos royalties e as participações especiais, podendo, quando muito, estabelecer diretrizes e mecanismos de estímulo ao investimento em temas como saúde e educação.

Mais grave do que um potencial desastre ambiental na Margem Equatorial, a 570 km da foz do Amazonas, o sistemático desperdício de recursos públicos em um país com tantas carências é uma tragédia real e silenciosa que vale, até mesmo, a revisão do texto constitucional. Estamos perdendo tempo com a discussão errada.